

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

SAMANTHA KULLER CHAVES

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PARANÁ NO CONTEXTO DA DITADURA
MILITAR (1964-1985)

PONTA GROSSA

2019

SAMANTHA KULLER CHAVES

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PARANÁ NO CONTEXTO DA DITADURA
MILITAR (1964-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, no curso de Licenciatura em Pedagogia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Julieta Weber Cordova

PONTA GROSSA

2019

SAMANTHA KULLER CHAVES

**MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PARANÁ NO CONTEXTO DA DITADURA
MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como exigência parcial dos requisitos necessários à obtenção de certificação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Julieta Weber Cordova
(Orientadora)
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Regis Clemente da Costa
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa

DEDICATÓRIA

Dedico a todas as vítimas da ditadura militar no Brasil, a todos os estudantes que lutaram para uma educação pública e de qualidade. E também a minha mãe Edy, minha maior inspiração de vida, minha base.

AGRADECIMENTO

A Deus pelo dom da vida e por me permitir realizar todo esse sonho.

A Prof.^a Dr.^a Maria Julieta Weber Cordova, por estar sempre como me orientando com tanta dedicação e excelência, você é luz na minha caminhada.

A minha mãe Edy que foi a minha base durante toda a vida, e que suportou junto comigo todas as dificuldades.

Ao meu pai Sebastião que mesmo não estando tão perto, sei que sempre me apoiou e acreditou em mim.

Aos meus irmãos José Eloi, Elaine, Edemilson e Simone, por serem exemplos na minha formação humana e por acreditarem em mim.

Aos meus cunhados e cunhadas, Adriano, Caroline, Edek e Camila, por estarem presente ao meu lado.

Aos meus sobrinhos André e Bruno que são a minha alegria.

A minha colega e melhor amiga Andressa, por me acompanhar durante esses quatro anos de curso, me ensinando o verdadeiro valor da amizade.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

EPÍGRAFE

“Vem vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer...”
(Pra não dizer que não falei das flores, Geraldo Vandré).

RESUMO

A problemática circunscreveu-se na área da história da educação e tem como temporalidade de análise o período da ditadura militar no país (1964-1985), especificamente sobre as ações dos movimentos estudantis no Paraná, compreendendo, portanto, a necessidade de aprofundamento do tema proposto e do período histórico delimitado. A pesquisa teve por objetivo compreender a relevância dos movimentos estudantis durante o período da ditadura militar. O estudo é de caráter documental e bibliográfico, utilizando-se de diferenciadas fontes, tais como: arquivos do DOPS no Arquivo Público do Paraná, documentos oficiais, teses, dissertações, monografias, livros e revistas científicas. O trabalho foi dividido em dois capítulos: no primeiro, fizemos uma abordagem histórica da ditadura militar no Brasil, tratando das alterações constitucionais do período, da participação de alguns setores da sociedade e de alguns desdobramentos da legislação educacional. No segundo capítulo, focamos a análise especialmente para o contexto paranaense e para os acontecimentos que tiveram como protagonismo a ação de movimentos estudantis. Para tanto, evidenciamos movimentos que ocorreram em Curitiba, Guarapuava, Londrina e Apucarana. Por fim, abordamos sobre a União Paranaense dos Estudantes, organização estudantil de abrangente representatividade no Paraná. Considerou-se, com a pesquisa, que os estudantes paranaenses tiveram um papel de extrema relevância na resistência e na luta pela garantia de direitos fundamentais durante o período ditatorial militar no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura militar. Movimentos Estudantis. Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Capa do jornal Poeira, número 04.	41
Figura 2- Constituição da União Guarapuavana dos Estudantes Secundário.....	43
Figura 3-Sede da UNE no Rio de Janeiro em chamás.....	47
Figura 4-Sede da União Paranaense dos Estudantes em Curitiba	48
Figura 5-Recorte de notícia sobre eleição da UPE e DCE	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Revisão bibliográfica de Teses e Dissertações – Catálogo CAPES	17
---	----

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional n. 2
AI- 3	Ato Institucional n. 3
AI- 4	Ato Institucional n. 4
AI- 5	Ato Institucional n. 5
AI- 12	Ato Institucional n. 12
AI- 13	Ato Institucional n. 13
AI- 14	Ato Institucional n. 14
ACME	Associação Central Medianeirense Estudantil
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Acadêmico Estudantil
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de ordem política e social
FAFIG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUEL	Fundação Universidade Estadual de Londrina
FUEM	Fundação Universidade Estadual de Maringá
FUEPG	Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa
GEIE	Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil do DCE de Londrina
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário de trabalhadores
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
POLOP	Política Operária
PR	Paraná
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SNI	Serviço Nacional de Informações
UNE	União Nacional dos Estudantes
UDN	União Democrática Nacional
UEA	União dos Estudantes de Apucarana
UEE	União Nacional dos Estudantes
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UGES	União Guarapuavana dos Estudantes Secundários
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPE	União Paranaense dos Estudantes
VPR	Vanguarda Popular Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1- DITADURA MILITAR NO BRASIL E NO PARANÁ	20
1.1 O golpe civil-militar: 21 anos de ditadura militar no Brasil	20
1.2 O contexto paranaense na ditadura militar	30
1.3 A educação na ditadura militar	32
CAPÍTULO 2 MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PARANÁ	36
2.1 Ações e lutas de resistência	37
2.1.1 “Os Branca”	38
2.1.2 “Os Secunda”	39
2.1.3 Movimento Estudantil da Universidade Estadual de Londrina	40
2.1.4 A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários – UGES	42
2.1.5 Aliança Operária Estudantil	44
2.2 União Paranaense dos Estudantes.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos História do Brasil, percebemos que muitos foram os acontecimentos políticos, econômicos e educacionais que o país vivenciou e que alguns ainda repercutem na atualidade. Episódios que ficaram marcados também na história de vida da população brasileira e que causam certos estranhamentos nas formas e argumentações pelas quais são lembrados.

[...] Não é cabível celebrar um golpe de Estado como o de 31 de março de 1964, mas estes quarenta anos também podem ser caracterizados como uma efeméride, se pensarmos no sentido que a expressão assumiu para os historiadores brasileiros, principalmente a partir de meados dos anos 80 — depois do fim do regime militar [...] (FICO, 2004, p.29).

Conforme supracitado, não existem motivos cabíveis para que a população venha a comemorar o golpe instaurado em 1964, pois foi o início de um período em que os direitos já conquistados foram sendo soterrados por ordens vindas de governos militares, favorecendo apenas uma parte restrita da população.

Com tal preocupação é que se buscou realizar o estudo, a partir de levantamento documental e bibliográfico sobre a temática dos movimentos estudantis na ditadura militar¹ no Paraná, compreendendo a relevância desses movimentos durante o período da ditadura militar.

A escolha do tema partiu de um desejo pessoal em compreender como foi a participação dos estudantes durante esse período em que os militares estavam no poder. E como os estudantes puderam lutar para que seus direitos fossem mantidos.

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. (FICO, 2004, p.52).

O autor remete suas argumentações enfocando que a ditadura militar, e sua efetivação e comando por militares, contaram com o apoio de uma parte da população civil, que eram contrárias ao então presidente João Goulart. Para Fico (2004, p. 52): “Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da

¹ Alguns estudos apontam para a designação ditadura civil-militar, dentre os quais cite-se a coletânea Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985), publicada pela Editora da UFPR, no ano de 2012. No presente estudo, optou-se por denominar o referido período como ditadura militar, compreendendo que o golpe foi civil-militar, conforme Fico (2004), mas que o período ditatorial no Brasil teve duração de 21 anos, em que gerais alternavam o poder federal, sob a denominação de regime presidencial.

implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar”. A ditadura instaurada no país, de forma arbitrária, retirou direitos, inclusive o direito de manifestação popular.

Os estudantes tiveram um papel muito importante desde o governo João Goulart (1961-1964): foram para as ruas, lutaram, fizeram manifestações, muitos encontros foram realizados na clandestinidade, colocando em risco suas próprias vidas para manterem seus direitos, ainda que nem sempre isso tenha sido possível, pois muitos estudantes que eram contrários às atitudes dos militares foram levados para emboscadas, presos, torturados e mortos, sendo que em alguns casos até os dias de hoje não foram encontrados os seus corpos.

Muitos estudantes estavam iniciando na Universidade e eram representantes de órgãos estudantis dentro das instituições de Ensino Superior. O pensamento de alguns estudantes era amplo e conseguiam não olhar apenas o momento, mas sim como o país iria sobreviver se a ditadura fosse instaurada e mantida no país. Essa forma de pensamento e visão tornou a luta mais digna.

Paulo Freire no Congresso Brasileiro de Leitura, que ocorreu em Campinas em novembro de 1981, apresentou a sua obra *A Importância do ato de ler*, essa leitura conforme a citação, não relata apenas da leitura da palavra, da decodificação em si, mas da leitura que temos do mundo e como essa leitura é importante para que possamos compreender o que nos cerca.

[...] que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. (FREIRE, 1989, p. 9).

Fazendo uma ligação com os sujeitos da pesquisa, ambos tiveram uma leitura de mundo muito além de páginas de um livro, foram além buscaram formas de encerrar uma realidade e lutar pelo que era correto.

A educação nos dá formas diferentes de aprender a ter uma leitura apropriada de mundo, mundo esse que possui inúmeras pessoas com pensamentos totalmente diferenciados e que muitas vezes buscam caminhos contrários.

[...] Após um período inicial de refluxo, nos dois anos que antecederam o AI-5 a sociedade brasileira testemunhou a intensa participação dos jovens, especialmente estudantes, nos movimentos sociais e partidos de esquerda, em parte estimulada pelo clima de efervescência política e cultural que já

vinha desde o final dos anos 1950. (CALCIOLARI; OLIVEIRA; SAHD, 2014, p.125).

Os estudantes tiveram um papel bastante relevante na resistência à ditadura no Paraná. Muitos estudantes, desde o início do golpe, foram contrários ao cenário imposto, manifestando-se por meio de várias ações como passeatas e protestos. Assim, foi possível conhecer a trajetória de muitos estudantes durante o período ditatorial vivido no estado e como foram as suas participações em algumas das cidades do Paraná, tanto pela análise dos documentos desse período, quanto por meio de depoimentos de alguns dos sujeitos que vivenciaram esse contexto.

Dentre os depoimentos, embasamos nossa análise a partir de uma entrevista gravada pela Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em conjunto com o Grupo de Estudos História, Intelectuais e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade, com Vítório Sorotiuk, que na época da ditadura militar, foi presidente do Diretório Acadêmico da Universidade Federal do Paraná. Nascido no interior do Paraná, aos 19 anos estava no segundo ano de Direito na UFPR, foi também diretor do Departamento de Imprensa e Publicidade do Centro Acadêmico Hugo Simas, foi fichado inúmeras vezes e teve sua prisão preventiva decretada vista participação do Congresso da U.N.E. (CALCIOLARI; OLIVEIRA; SAHD, 2014, p.321-322).

Outra trajetória estudada foi a de Aluizio Ferreira Palmar, que nasceu no Rio de Janeiro e estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense, mudou-se para o oeste paranaense para continuar o seu trabalho nos movimentos de resistência, passando por repressões diversas. Foi preso e respondeu processos tanto no Rio de Janeiro como no Paraná. Exilou-se no Chile, voltou para o Brasil e reorganizou sua vida como jornalista, publicou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos*².

Outras ações de resistência no estado foram encontradas, como em Campo Mourão, uma Ação Popular que era ligada à esquerda cristã, criou-se uma Escolinha do Povo, em 1963, por meio da ação católica, em que jovens participavam ajudando na alfabetização de crianças e adultos que viviam em extrema pobreza. Essa ação contou com alguns grandes nomes como Raquel Felau, João Batista, José Luis onde ambos lutavam para as melhorias e ajudar as pessoas, ambos tiveram que se

² Livro traz a investigação sobre a chegada ao Brasil de seis guerrilheiros vindos da Argentina, para realizar ações de lutas a favor da democracia, e que acabam desaparecendo sem deixar rastros.

desligar, porém não se desvincularam de seus propósitos. (MELLO, 2009, p.98). Antônio Narciso Pires de Oliveira autor do livro *Depoimentos para a História: A Resistência à Ditadura Militar no Paraná* é professor, também participou ativamente com a UEA- União dos Estudantes de Apucarana, foi presidente do Centro Estudantil Nilo Cairo, foi representante da atuação e resistência da ditadura militar no Paraná. (CALCIOLARI; OLIVEIRA; SAHD, 2014, p.173).

É fundamental ressaltar que dentre as resistências estudantis, encontramos a atuação das mulheres no contexto da ditadura militar. Clair da Flora Martins, cursou Direito na Pontifícia Universidade Católica e Letras na Universidade Federal do Paraná, teve vínculo com o Diretório Acadêmico de Direito.

Segundo Conradi (2018, p.277)

Ela nos conta que participou ativamente de todo o processo, ajudando a organizar dois eventos que ficaram marcados na história da resistência à ditadura no Paraná: a tomada da Reitoria pelos estudantes, com a derrubada do busto de Flávio Suplicy de Lacerda, e o comício relâmpago no Centro Politécnico da UFPR, onde os estudantes enfrentaram a Cavalaria da Polícia, espalhando bolinhas de gude pela rua.

A participação de Clair foi ativa durante todo o período ditatorial no país, lutou e representou as mulheres durante importantes ocorrências na capital do Paraná. O período da ditadura militar foi certamente bastante traumático para aqueles e aquelas que resistiram por 21 anos de ditadura, silenciando-se, muitas vezes, sobre torturas e outras lembranças do contexto:

E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (POLLAK 1989, p.6).

Uma ditadura acaba por deixar inúmeros silêncios na história vivida por manifestantes, trabalhadores, estudantes, enfim, cidadãos que buscavam liberdade e direitos. O esquecimento pode ser uma forma de amenizar a dor vivida e presenciada durante muito tempo.

O estudo da memória está relacionado às emoções dos sobreviventes, essa pode ser individual, em grupo ou uma memória nacional, conforme diz Pollak (1989, p. 9): "E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos". A ditadura militar no Brasil foi

vivida por diferenças pessoais, e estas apresentarão interpretações diferentes desse período, o que faz com que a análise se torne mais complexa.

Quando analisamos recortes da vivência de um período autoritário, temos que levar em consideração que assim como a memória é fundamental para o estudo da história, o esquecimento é também evidenciado e, muitas vezes, alternativa para atenuar sentimentos dolorosos vivenciados. Ou seja, percebe-se de um lado a vontade de explanar o acontecido, as dificuldades, de outro deixar adormecido algo que trouxe tanto sofrimento.

No que se refere às fontes históricas, podemos dizer que é a maneira de assegurar com embasamento teórico e científico a pesquisa. O pesquisador, ao consultar documentos em seu estudo, busca pela legitimidade na delimitação do problema a ser pesquisado. E o levantamento documental deve partir de um interesse do próprio pesquisador (a), apresentando pertinência, onde o autor deve escolher os documentos adequados para a pesquisa; suficiência, a documentação escolhida deve abranger os objetivos elencados a partir do problema da pesquisa; exaustividade, após ser escolhida a documentação; representatividade pode-se trabalhar por amostragem desde que analisada de maneira global; homogeneidade, buscar uma ligação entre todas as partes da pesquisa e também a organização do *corpus*, com separação de diferentes fontes da utilizadas na pesquisa. (BARROS, 2012, p. 407-429).

Dentre as fontes consultadas para a fundamentação da pesquisa de cunho documental, ressaltam-se a constituição de 1967, que trata das alterações de direitos e deveres da população, compreendendo a maneira com que o país estava sendo governado, e os documentos selecionados da pasta do DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social, do Arquivo Público do Paraná, que tratam de aspectos da trajetória de estudantes do Paraná durante o período ditatorial. Foram também utilizadas fontes de cunho bibliográfico como livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre a temática. A seguir, esboçamos a revisão bibliográfica de teses e dissertações a partir de um levantamento do Portal da Capes:

Tabela 1-Revisão bibliográfica de Teses e Dissertações - Catálogo CAPES

(continua)

Título	Autor	Ano	Universidade	Tipo	Vocábulos
Movimento estudantil 68: Imagens da paixão	Rafael Rosa Hagemeyer	1998	UFPR	Dissertação	Ditadura civil-militar no Paraná
Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba-PR)	Luiz Gabriel da Silva	2018	UFPR	Dissertação	Ditadura civil-militar no Paraná
Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade: 1892-1938	Névio de Campos	2007	UFPR	Dissertação	Intelectuais paranaenses
Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967): Relações entre direito e autoritarismo	Claudia Paiva Carvalho	2013	UNB	Dissertação	Repressão ditadura
A repressão sobre os estudantes da UFRJ no período ditatorial	Adriana Da Silva Freitas	2008	UFRJ	Dissertação	Repressão ditadura
A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade	Maria José de Rezende	1996	USP	Tese	Repressão ditadura
A UPE UNE o Paraná: (RE) Organização do movimento estudantil Paranaense (1974-1985)	Silvana Lazzarotto	2018	UNICAMP	Tese	Movimento estudantil Paraná. UPE.
José Rodrigues Vieira Netto: Intelectual orgânico,	Regis Clemente da Costa	2018	UEPG	Tese	Intelectual orgânico, professor brilhante.

professor brilhante, advogado perseguido, cidadão sem direitos (1945-1973)					
O movimento estudantil secundarista em Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira	Claudinéia Schinemann	2015	UNICENTRO	Dissertação	Movimento estudantil no Paraná.
O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964	Ana Karine Braggio	2013	UNIOESTE	Dissertação	Movimento estudantil, estudantes, Ditadura
Jornal Poeira, história e memórias.	José Antônio Tadeu Felismino	2016	UEL	Dissertação	Poeira Movimento estudantil
A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba-Paraná (1964-1969)	Andréia Zaparte	2011	UNIOESTE	Dissertação	Movimento estudantil, DOPS, Paraná.

Fonte: Catálogo da CAPES
Nota: Elaborado pela autora

No primeiro capítulo fizemos um levantamento do contexto histórico sobre ditadura militar no Brasil e no Paraná, levando em consideração questões políticas, econômicas e sociais do país. No segundo capítulo apresentamos como foram os movimentos estudantis no Paraná, as lutas e atuações de estudantes nesses movimentos, procurando fazer uma análise sobre o protagonismo estudantil no período da ditadura militar no Brasil.

CAPÍTULO 1

Nesse capítulo, analisamos o período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), com o objetivo de tratar do contexto histórico no qual foi instaurada, compreendendo que foram 21 anos de muitas lutas e resistências, mas focando especialmente para a ação dos governos militares e seus desdobramentos políticos e educacionais.

1.1 O golpe civil-militar: 21 anos de ditadura militar no Brasil

A ditadura militar no Brasil foi instaurada por meio de um golpe civil-militar em 1964, acarretando na derrubada do então presidente João Goulart, levando o país a viver em um regime militar que perdurou por 21 anos. O país passou a ser governado por militares e a população passou a vivenciar paulatinamente restrições de direitos, especialmente no que se refere aos direitos humanos de livre manifestação e participação coletiva. Os trabalhadores e os camponeses eram alvos do governo, contendo de forma violenta possíveis resistências, visto que o governo anterior de João Goulart, contava com o apoio de muitos camponeses e da classe trabalhadora de forma geral.

Com essa estrutura de poder estabelecida, o governo militar passa a atuar por sistemáticas alterações na Constituição de 1967, outorgada³ em pleno período ditatorial. Os chamados AI - Atos Institucionais, poderiam alterar direitos e deveres já existentes no país. Para Calicchio (1976, p. 1), Atos Institucionais são:

Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país.

O governo do primeiro presidente militar Castelo Branco é definido por alguns estudiosos como moderado em relação aos imediatamente posteriores. Entretanto, foi no seu governo que foi decretado o primeiro Ato Institucional, o AI-1, instituído em

³ Constituição outorgada é aquela que é imposta ao povo pelo governante, quando temos um período ditatorial; no Brasil, tivemos duas Constituições outorgadas: a de 1937, durante o período do Estado Novo, e a de 1967, durante a ditadura militar.

09 de abril de 1964 pelos comandantes do Exército, Marinha e da Aeronáutica, o que reforça que é preciso questionar em que medida pode ser considerada moderada uma ditadura que limita direitos relacionados à representação democrática e impõe-se de forma arbitrária e autoritária como única forma viável de governo. A princípio, e na teoria, a Constituição de 1946 ainda era o documento oficial do país, mas o cenário já mostrava algumas mudanças significativas na maneira como o país estava sendo governando.

O Congresso Nacional passou a ter menos poder de decisão e os generais empossados como presidentes da República passaram a ter mais voz ativa nos projetos de leis, projetos esses que visavam a criação ou o aumento das despesas públicas. Foram suspensas as imunidades parlamentares, ou seja, era liberada a cassação de mandatos de todos os níveis, municipal, estadual e federal, suspendendo-se direitos políticos em um prazo de dez anos.

Nesse período, foram criadas as bases para a instalação dos IPMs - Inquéritos Policial-Militares que ficavam responsáveis por combater toda e qualquer prática de crimes contra o Estado, o patrimônio e a ordem política social. A partir disso, iniciam-se perseguições aos cidadãos que eram considerados adversários do governo, com torturas e prisões. Segundo Fausto (2015, p. 399):

Os expurgos atingiram, em 1964, 49 juízes. No Congresso, cinquenta parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos quarenta deputados que perderam o mandato em uma primeira lista, o PTB vinha na frente, com dezoito deputados; nenhuma cassação atingiu a UDN.

Essas cassações eram em sua maioria dirigidas para políticos contrários ao governo militar, denominados de esquerda. Tivemos nomes bem conhecidos que acabaram tendo seus mandatos cassados, como João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek.

Uma forma de ter controle social, no regime militar, foi à criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha como objetivo analisar as informações que eram pertinentes à segurança nacional, e combater todo e qualquer tipo de operação contrária a esse ideal.

Conforme descrito no documento oficial disponível do Ato Institucional Nº. 1 (1964):

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento

das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (BRASIL, 1964, p.1).

A partir da análise da citação e do contexto estudado, podemos compreender que a chamada “revolução” era assim caracterizada pelos militares no poder por meio de golpe civil-militar, como se o ensejo deste grupo, traduzisse a suposta vontade de uma nação. Àqueles que fossem contrários, sofreriam duras perseguições, torturas ou desapareciam sem causa aparente.

Após o AI-1 ocorrerem as eleições para o novo presidente da República, por meio de eleições indiretas dentro do Congresso Nacional, sem a participação da população. Foi eleito em 15 de abril de 1964, o novo Presidente da República, general Humberto de Alencar Castelo Branco.

O governo de Castelo Branco visava reformar o sistema econômico capitalista, pois o país estava passando por dificuldades econômico-financeiras. Foram criadas várias estratégias para estabilizar a economia do país, comprimindo os salários dos funcionários e alterando a legislação, especialmente no tocante à proibição de greves, paralisações ou qualquer manifestação pública de reivindicação de direitos.

Após a realização das eleições diretas⁴ para governadores de estado, e como alguns candidatos que foram eleitos, traziam de certo modo um receio ao atual governo presidencial em 17 de outubro de 1965, Castelo Branco instaurou o AI-2 que teve mudanças no sistema de voto para presidente e vice-presidente da República que seria realizado no Congresso Nacional durante sessão pública e votação nominal.

O AI-2 reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decreto-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decreto-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existentes. (FAUSTO, 2015, p.405).

Não existia votação secreta, com o reforço dos poderes do presidente, pode-se dizer que a medida mais importante que foi instaurada por esse Ato Institucional foi a extinção dos partidos políticos existentes desde o Estado Novo, pois

⁴ Segundo Fausto (2015, p.473) “O AI-1 não tocara no calendário para eleições ao governo dos Estados. Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze deles”.

consideravam que a divisão por partidos políticos eram responsáveis pelas crises políticas. Assim, o AI-3 foi instaurado em fevereiro de 1966 e estabeleceu as eleições indiretas para governadores de Estados por meio das Assembleias Estaduais. Durante o ano de 1967 ocorrem as eleições legislativas, em que o Partido Arena obteve a grande maioria dos votos na Câmara dos Deputados.

O governo de Castelo completou as mudanças nas instituições do país, fazendo aprovar pelo Congresso uma nova Constituição em janeiro de 1967. A expressão “fazendo aprovar” deve ser tomada em sentido literal. Submetido a cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocado pelo AI-4 para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional. (FAUSTO, 2015, p. 405).

Essa nova Constituição ampliou o poder do Executivo no que diz respeito à segurança nacional e a sucessão dos mandatos à presidente se realizava entre o meio da corporação militar, porém, na teoria essa escolha deveria ser feita por meio do Congresso.

Em março de 1967 assume o poder o presidente da República o general Artur da Costa e Silva e como vice-presidente Pedro Aleixo, um civil. O general Costa e Silva tinha um perfil mais opressor. Modificou toda equipe dos ministérios tirando todos que tinham qualquer tipo de ligação com o governo anterior. Estudantes e uma parte da Igreja já começava a se manifestar contrários ao governo militar.

Desde 1966, passado o primeiro impacto da repressão, a oposição vinha se rearticulando. Muitos membros da hierarquia da Igreja se defrontaram com o governo, destacando-se no Nordeste a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara. Os estudantes começaram também a se mobilizar em torno da UNE (FAUSTO, 2015, p. 407).

O ano de 1968 foi marcado por grandes acontecimentos no Brasil e também no mundo:

Os movimentos associados a Maio de 1968 no Brasil ocorreram no contexto do regime militar, em vigor desde 1964. Se o movimento de 1968 é conhecido pelo estopim de mobilizações de diferentes grupos, em diversos lugares do mundo, é possível dizer que tais ações estavam relacionadas à organização social, anteriormente estabelecida, bem como a demandas gerais e específicas de cada cidade e instituição. (CAMPOS; SOUZA, 2018, p.206).

Fazemos uma análise com o pensamento dos autores, relacionando ao caos que estava instaurado, tanto no Brasil como em muitas partes do exterior, tendo em conta diversos movimentos de lutas por direitos. Bastante significativa deste contexto foi a morte do estudante secundarista Edison Luís de Lima Souto, de

apenas 18 anos, no dia 28 de março de 1968, durante a manifestação contra a precária qualidade da alimentação que era oferecida para os estudantes do restaurante do Calabouço.

[...] fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média do Rio de Janeiro. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada em 25 de junho de 1968 [...] (FAUSTO, 2015, p.408).

No Vietnã, em Paris, na França, na Alemanha e na Itália também deflagram-se manifestações em lutas que iam contra o autoritarismo, a discriminação, todo e qualquer tipos privilégios. Segundo Hagemeyer (1997, p. 101):

As flores aparecem na canção como pura alegoria - foi o movimento contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos que criou o slogan *flower power*, colocando flores nos fuzis dos soldados. No Brasil, as flores foram para o funeral do estudante Edson Luiz de Lima Souto.

As flores que o autor cita, faz alusão à canção muito famosa no Brasil, que marcou toda essa época da ditadura militar, flores essas que também marcaram os episódios de lutas, no mundo todo. A movimentação dos operários no Brasil não conseguia ter êxito, o governo respondeu com muita violência e muitos foram presos e torturados ou entraram na clandestinidade saindo do país para não acabar morto.

Mas a luta contra a ditadura não ocorreu apenas no campo. Nas cidades, muitas organizações de esquerda atuaram e lutaram de armas na mão. Entre as que mais se destacaram, estão a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cuja direção máxima estava a cargo do jornalista e intelectual, Mário Alves; O Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8); a Política Operária (Polop); e, depois, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, entre várias outras organizações menores como PCR, Molipo, MRT, PRT, Colina, etc. (GORENDER, 1987; REIS FILHO, 1990 apud PRIORI 2012, p. 206).

Devido às lutas armadas estarem acontecendo de maneira direta, algumas ações já eram vistas no país e isso começou a causar certos tumultos, ocorreram alguns assaltos para que pudesse custear o movimento e ataques a órgãos públicos. Segundo Fausto (2015, p. 408):

[...] fez um discurso em que concitava a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro, sugerindo ainda às mulheres que se recusassem a namorar oficiais que silenciassem diante da repressão ou participassem de atos de violência.

No término de 1968, no dia 13 de dezembro, o Congresso instaurou o AI-5 e fechou o Congresso Nacional. O mais conhecido e também o mais violento foi o Ato Institucional, o de Nº. 5. Diferente de todos os outros atos anteriores esse não tinha prazo de vigência e teve sua duração até o início de 1979.

O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso. Podia além disso intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para casar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. (FAUSTO 2015, p. 409).

Ou seja, com esse poder voltando para as mãos do Presidente ele consegue atuar diretamente em todas as esferas do país, houve também a suspensão do *habeas corpus* para acusados de crimes contra a ordem econômica e social do país.

Com a edição do AI-5, devido às alterações como apoio à tortura e à violência, iniciou o período conhecido como “Anos de Chumbo” em que governo militar passou se tornar ainda mais autoritário, reduzindo espaço para atuação dos aliados civis, visto também que o poder se concentrava cada vez mais nas mãos do presidente. Houve aumento significativo de mortos, torturados, desaparecidos, que iriam contra as determinações do atual governo. Segundo Motta (2018, p. 5):

[...] Era um regime autoritário, sem dúvida, que dispunha de muitos instrumentos repressivos, como a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, para não falar nos aparatos de informações e de repressão criados ou reformulados desde 1964, como o Sistema Nacional de Informações (SNI) e o Centro de Informações do Exército (CIE). No entanto, o novo presidente não dispunha dos mesmos poderes excepcionais.

O AI-5 forneceu também ao Estado, meios de punir e enquadrar lideranças e segmentos rebeldes no seu próprio campo, como parlamentares, juízes e imprensa. Em agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado por motivo de saúde. Já que seu vice era um civil,

Desse modo, através de mais um Ato Institucional (AI-12, de 31 de agosto de 1969), os ministros Lira Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica, assumiram temporariamente o poder. (FAUSTO 2015, p.410).

Durante esse período em que a Junta Militar esteve no poder foram instaurados o AI-13, que criou a pena de banimento do território nacional e o AI-14, que estabeleceu a pena de morte, segundo Fausto (2015, p. 410) “[...] para os casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”.

Com isso começaram a acontecer sistemáticos desaparecimentos misteriosos de manifestantes contrários ao governo, nesse período foram criadas a Oban-Operação Bandeirantes, cujos estados de ação eram São Paulo e Rio de Janeiro, que logo após deu início ao DOI-Codi- Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna, ampliando-se em vários estados do país enquanto centros de torturas de todo o regime militar.

Após três meses no poder, a Junta Militar em outubro de 1969, declarou vagos os cargos pra presidente e vice- presidente do país, que teria início em 30 de outubro de 1969 e terminaria em 15 de março de 1979. O presidente eleito foi Emílio Garrastazu Médici e para vice o ministro da Marinha Augusto Rademaker, Médici era muito próximo de Costa e Silva e havia sido nomeado chefe do SNI. O seu governo foi dividido em três áreas: militar, econômica e política.

As lutas armadas tiveram um declínio durante esse governo, que não deixou de lado a repressão e as torturas. Para Fausto (2015, p.412) “Carlos Marighella morreu em novembro de 1969, em uma emboscada policial fruto de informações de obtidas através de tortura”.

Ainda restava a guerrilha rural, juntamente com os camponeses que estavam instalados em uma região que era banhada pelo rio Araguaia, porém, o governo também descobriu esse movimento que acabou na liquidação e prisão do grupo PC do B no ano de 1975, esse fato não foi divulgado, pois era proibido, apenas algumas insinuações sobre a Guerrilha do Araguaia

Durante o período do governo de Médici, houve avanço nas telecomunicações e, por isso, em certa medida, poder ser considerado um período de crescimento econômico pelo aumento do PIB, baixa na inflação e aumento de investimentos de capital estrangeiro voltado para a indústria automobilística; também importação e exportação ampliadas.

Mas, por outro lado, durante o período, houve grande dependência do capital de exportação e também de empréstimos crescentes. Um dos pontos mais negativos economicamente, durante os governos militares, foi que o aumento real do PIB apontava que a distribuição para a população ocorria de maneira desigual, pois a classe trabalhadora passava a ter redução de salários com aumento de jornada de trabalho.

Em 1973, o novo governante do país é escolhido pelas forças armadas, General Ernesto Geisel, além da carreira no Exército o general também assumiu

cargos administrativos. Havia sido também presidente da Petrobras e chefe da Casa Militar no governo de Castelo Branco. Seu jeito de governar era muito parecido com o de Castelo Branco. Então, ao ser escolhido pelas forças armadas para os ditos castelistas, foi um triunfo.

Não teve uma linha tão dura durante o seu governo, que iniciou uma certa abertura política. Segundo Fausto (2015, p.417) “[...] abertura política que o general presidente definiu como lenta, gradual e segura”. Período esse que foi marcado por avanços e retrocessos, de um lado o presidente recebia a pressão da linha dura que ainda mantinha grande participação no governo, e olhando por outro lado ele queria manter a abertura política dentro do país, caminhando para uma democracia dita como conservadora.

Com essa abertura, a oposição começou a ficar mais aparente, o confronto entre Estado e Igreja também marcou esse momento que se tornou preocupante e desgastante para o governo. O então governo do país fez acordos junto com alguns setores mais progressistas da Igreja e um deles foi a luta contra a tortura. Mas a relação com a Igreja ainda não era primeira preocupação do governo, mas sim a sua relação com as Forças Armadas, era necessário neutralizar e colocar novamente os militares nos quartéis e neutralizar a linha-dura.

Para as eleições legislativas de 1974 ocorreu uma mudança na composição das cadeiras do senado, o Movimento Democrático Brasileiro teve melhor atuação deixando a Arena apenas com seis cadeiras, mas ainda assim era majoritária, porém o cenário estava mudando lentamente.

Existia internamente uma batalha no governo, que tentava amenizar alguns pontos, foi suspenso pelo então atual governo a censura ao Jornal *O Estado de São Paulo*, mas ainda continuavam as práticas de torturas juntamente com os desaparecimentos. O jornalista Vladimir Herzog foi chamado a se apresentar no DOI-Codi, pois era suspeito de ter ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), foi torturado e morto, mas foi divulgado pelos militares como suicídio por enforcamento.

O jornalista apresentou-se ao DOI-CODI do 2º Exército, situado na Rua Tutóia, em São Paulo, por volta das 08h. À tarde daquele mesmo dia, estava morto. Oficialmente, suicidara-se, num gesto tresloucado, após confessar sua participação no Partido Comunista e rasgar o papel onde confessara suas atividades políticas. (NASCIMENTO FILHO, 2012, p. 2004).

A Igreja Católica, a OAB se pronunciaram contrárias ao governo militar e colocando-se à disposição da família do jornalista, milhares de pessoas foram até a missa celebrada na catedral da Sé e solidarizaram-se com a dor da família. Meses mais tarde ocorreu a morte do metalúrgico Manuel Fiel Filho pelo mesmo motivo, ligado a suicídio por enforcamento.

O presidente tomou algumas medidas, que reduziram as torturas dentro do DOI-Codi, porém a Polícia Militar de São Paulo invadiu a PUCSP onde os estudantes estavam reunidos de maneira ilegal para discutir a reorganização da UNE.

Nas eleições de 1976, a criação da Lei Falcão barrava o acesso às campanhas políticas na rádio e televisão, que de maneira discreta seria para prejudicar a oposição perante aos eleitores, mas o MDB venceu as eleições para prefeitos com mais da metade de estados, desbancado a Arena.

Geisel apertou o cerco, introduzindo em abril de 1977 uma série de medidas que ficaram conhecidas como o “pacote de abril”. O “pacote” foi baixado depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais. (FAUSTO 2015, p.420)

Dentre essas alterações foi criado o cargo de senador biônico, que impedia que MDB fosse majoritário dentro do senado. Essa eleição ocorreu de maneira indireta, assim fazendo com que a oposição não conseguisse vencer, foram alterados também alguns pontos na Câmara dos Deputados de maneira a favorecer os estados do Nordeste onde contavam com o maior números do partido Arena.

A Lei Falcão estendeu-se para as eleições legislativas federais e municipais, aumentando o mandato de presidente da República de cinco para seis anos. No mesmo período, foi aprovada a emenda constitucional nº 11 onde revogou o AI-5, retirando alguns poderes do Executivo, voltando o *habeas corpus* e a liberdade de imprensa, de certa maneira, foi mantida, podendo-se manifestar com a relativa autonomia. Durante a eleição de 1978, o MDB obteve ótimos resultados, pois contava com o apoio de vários militantes, como advogados, estudantes, sindicalistas, membros de comunidades eclesiais e estabeleceram uma ligação do partido com a população em geral. (FAUSTO, 2015).

No senado, a Arena ainda era majoritária, contando também com o apoio dos biônicos, esses cálculos eram feitos por estados. Os estados de São Paulo, Rio de

Janeiro e Rio Grande do Sul tiveram a maioria dos votos para o MDB, mas o atual governo ainda continuava ter a maioria dentro do Congresso Nacional.

Devido à crise econômica que se instaurou no período militar, houve aumento nos preços do petróleo, e o Brasil importava em torno de 80% do total de seu consumo. Criou-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que buscava mudanças na forma de importação que era adotada pelo país, visando a redução da importação de bens para consumo e aumentar outros bens, como aço, alumínio, fertilizantes, etc. A dívida externa do país estava alta e também estava pesando com o pagamento de juros elevados, comprometendo o orçamento da União.

Geisel passou o cargo de presidente da República para o general João Batista Figueiredo, eleito em 14 de abril de 1978. A trajetória de Figueiredo foi parecida com a de outros generais que assumiram o poder, teve participação no governo de Médici como chefe do Gabinete Milita, e no governo de Geisel como chefe do SNI. O seu governo foi marcado já desde o início pela forte crise econômica. A partir de Figueiredo consolidava-se uma abertura política, estabelecendo, em alguma medida, relações entre o governo e a sociedade civil, porém, é necessário ressaltar que a anistia concedida, impediu que crimes e práticas de torturas fossem, de fato, levados a julgamento, ainda que tenha possibilitado a volta ao país dos exilados políticos.

O Brasil estava enfrentando a crise, os empréstimos ficavam cada vez mais difíceis e as taxas de juros mais altos, com isso a situação começava a ficar alarmante. Uma das soluções foi o aumento severo nas taxas de juros. De 1981 a 1983 o país passa por uma forte recessão econômica e a taxa de desemprego aumenta consideravelmente. O governo então recorre ao FMI- Fundo Monetário Internacional para conseguir se reestruturar. (FAUSTO, 2015).

Em 1984 a economia do país melhora por conta de exportações, com destaque para alguns produtos industrializados. Porém, Segundo Fausto (2015, p.429) “[...] a inflação continuava subindo e chegou a 223% ao ano de 1984.” Foi mantido o calendário das eleições e foram aparecendo outros partidos que poderiam querer participar ativamente das eleições. Nesse contexto, o movimento *Diretas Já* teve grande repercussão nacional, porém sem sucesso ainda, o que causou revolta em boa parte da população. Com vários candidatos como Paulo Maluf, a vitória nas eleições de 1985 foi de Tancredo Neves e José Sarney.

O período da ditadura militar foi de anos marcados por muitas lutas, pessoas que perderam suas vidas tentando buscar e garantir direitos no país. A tortura e o autoritarismo marcaram esses anos sangrentos em todo o país. Governo esse dividido entre os castelistas, linha-dura e os nacionalistas até a queda do regime militar em 1985. (FAUSTO, 2015).

1.2 O contexto paranaense na ditadura militar.

Em uma das últimas mensagens como presidente, João Goulart havia solicitado algumas mudanças mediante uma revisão constitucional, isso alarmou os políticos e militares que suspeitavam de um possível golpe de esquerda e reagiram de maneira crítica ao atual Presidente, foram tecidas inúmeras críticas ao presidente, afirmando que os problemas que estavam sendo enfrentados pelo país eram frutos de sua possível aliança com a esquerda, dizendo que o presidente não havia feito nada pelo povo brasileiro, acusando o mesmo de fazer discursos de ódio. O governador do Paraná Ney Braga teceu várias críticas ao governo de João Goulart e sua atuação. (BATISTELLA, 2015, p. 289).

Os setores conservadores civis, que eram formados por grandes proprietários de terras, de famílias tradicionais, assim como eclesiásticos e militares de alto escalão, passaram a fazer propaganda contra o governo fazendo uma comparação ao contexto da Guerra Fria e também da Revolução Cubana, indo também contrários às reivindicações da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes), Ligas Camponesas, alegando que o então governo de João Goulart estava beirando o avanço do comunismo no Brasil. (BATISTELLA, 2015, p 289).

Em defesa da propriedade privada, da moral, da defesa da fé religiosa foram para as ruas de São Paulo para a manifestação “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” pedindo para que Deus liberta-se o Brasil do comunismo. Em Curitiba o evento teve o nome modificado para “Marcha a favor do ensino livre” que ocorreu no dia 24 de março, onde contou com cerca e 30 mil pessoas, segundo Batistella (2015, p. 290) “protestaram contra a comunização do ensino e a encampação dos colégios particulares”. Todas essas manifestações tinham um único objetivo que era deixar o ambiente mais favorável para uma possível intervenção militar, bem como instigar o exército ao golpe de estado.

O governador Ney Braga não era somente a favor do golpe de 1964, como também ajudou a arquitetar todo o plano de tomada de poder. Segundo Dutra (2004, p.199),

As primeiras notícias que chegaram ao Paraná davam conta de uma rebelião das tropas federais aquarteladas em Minas Gerais, a serviço de um golpe liderado por Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tal notícia não teve uma boa acolhida pela oficialidade paranaense uma vez que esses políticos não eram bem vistos pelos militares.

Ocorreu uma convocação, para explicar o real motivo do golpe, dizendo que seria para ir contra ideais comunistas, de corrupção e de indisciplina, assim fazendo com que a maioria aderisse ao movimento e quem foi contrário foi preso. Foi organizado um movimento de alguns oficiais para iriam contra a adesão do golpe de acordo com Neves (2002, p. 251):

[...] o Coronel Alcides Amaral Barcellos, que pertencia ao PTB paranaense e comandava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Curitiba, tentou organizar uma resistência, mas foi preso, cassado e enviado para o navio da Marinha de Guerra Raul Soares, na costa de Santos, que serviu de prisão militar nos primeiros dias do golpe.

A bancada do PTB estava solidária a João Goulart, enquanto a adversária tecia várias críticas ao presidente e mostrava apoio ao possível golpe. O golpe carrega o nome de civil-militar por ter sido deflagrado também com apoio da população, dentre elas grandes empresários, latifundiários, classe média e a Igreja Católica. O governador do Paraná, no dia 1º de abril, fez um discurso apoiando o golpe e criticou que o governo da época oferecia o perigo do comunismo se instaurar no Brasil, apoiando o que supostamente alegava como democracia cristã.

O governador do Paraná Ney Braga fez um pronunciamento contando um pouco da trajetória dos dias que antecederam o golpe, dando a entender de que participava na conspiração para a derrubada de João Goulart do poder, onde os governadores de principais estados como Minas Gerais, São Paulo estavam se preparando para enfrentar possível resistência ou até mesmo uma Guerra Civil.

A “Marcha da Vitória”, teve como nome inicial “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que foi onde membros de classe média e da Igreja que protestavam contra o governo de João Goulart, rebatizaram então de “Marcha da Vitória”, pois ocorreu no dia 2 de abril de 1964, segundo Batistella (2015, p. 291) “[...] levando às ruas cerca de um milhão de pessoas que comemoraram a “salvação do Brasil do comunismo”. Por mais que o golpe fosse deflagrado, ainda assim não conseguiram

acabar com as produções artísticas, pois eles achavam uma maneira de conseguir driblar a censura. Alguns casos acompanhados de agentes da DOPS e passados pelo crivo da censura que em algumas vezes desautorizou a apresentação.

Após a assinatura do primeiro Ato Institucional alguns políticos importantes foram cassados dos seus cargos e perderam seus mandatos e houve também expurgos no exército. Nas universidades houve a expulsão de universitários e professores demitidos.

As circunstâncias que marcaram esse período no Paraná foram a tomada da reitoria pelos estudantes, a greve dos bancários e dos estudantes, os movimentos e as manifestações passaram a ser substituídas por prisões e por ações terroristas. Podemos dar um destaque para esse momento, segundo os Calciolari, Oliveira, Sahd (2014, p.75): “Uma reportagem da Folha de Londrina, publicada no dia 16 de julho de 1978, destaca como o principal acontecimento nacional daquele ano ‘o recrudescimento da reivindicação de Anistia política no país’”. Diversos setores estariam envolvidos, o crescimento por essa luta mostra ainda mais o descontentamento e a luta por um estado de direito democrático.

As cidades de Apucarana, Londrina e Maringá foram espaços de forte resistência da esquerda, com movimentos estudantis, porém os integrantes dos movimentos dessas cidades foram sequestrados, presos e torturados. A capital paranaense foi palco de grandes lutas desde o início do golpe.

A participação das mulheres foi marcante durante o período da ditadura, as estudantes também foram às ruas, participaram de movimentos e ações contrárias ao governo, lutaram para que os seus direitos fossem assegurados. Toda e qualquer luta era necessária naquele momento em que o país estava passando. Ir às ruas atrás de seus direitos, ajudar na organização ou até mesmo o cuidado era bem vindo. A união da luta de todas acabou fazendo com que a ditadura fosse, com o passar dos anos, perdendo a força. Infelizmente, para que isso acontecesse, muito sangue e lágrimas foram derrubadas.

Os deputados estaduais Waldemar Daros, Walter Pecoits, Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale lançaram um manifesto pedindo para que o povo ficasse ao lado de João Goulart, mas todos foram cassados no momento em que o golpe foi instaurado. O clima era de muita apreensão, pois com o governo de João Goulart muitos haviam estado esperançosos com as propostas previstas pelo

presidente. No entanto, aconteceram caçadas aos supostos comunistas, alguns sindicatos foram fechados e foi tomada a sede do DCE (BATISTELLA, 2015, p. 293).

1.3 A educação na ditadura militar

Desde o golpe civil-militar, a população vinha passando por momentos, de muita repressão. E a educação também sofreu severos ataques por parte do governo militar:

A educação, nesse sentido, foi inserida como uma artimanha utilizada pelo governo militar, que serviu, tanto para manter as mentes disciplinadas conforme preconizava a ideologia da classe dominante, quanto para a formação de uma grande massa de mão de obra qualificada que contribuíram para a ascensão econômica e prosperidade do sistema capitalista. (BOUTIN; CAMARGO, 2015, p. 5855).

A liberdade de expressão começou a ser retirada aos poucos da população e com isso a área da educação foi, paulatinamente, sendo afetada. Não somente os alunos/ estudantes, mas também os professores, já estavam sendo perseguidos após manifestarem sua livre opinião sobre o atual governo e por se comportarem contrários do que mandava o regime. Esse contexto pode ser compreendido como um “momento de radicalização de muitos intelectuais, professores e estudantes, que estavam mobilizados para programas de educação popular, alfabetização de adultos e educação de base” (SANFELICE, 1986, p. 48). O ambiente escolar era modelo de ordem e disciplina, seguindo o padrão imposto pelos militares, culto à bandeira, cantar o hino, fazer fila com os alunos, tudo isso era presente nas escolas durante o regime militar. Essa era uma maneira que os militares encontraram para que a população, também fora do ambiente escolar acatasse o regime militar.

Durante o período em que Médici estava no poder, foi assinada a Lei n.º 5.692/71, que alterou a legislação educacional para ensino de primeiro e segundo graus, visando uma educação tecnicista e profissionalizante. Com essa mudança, foram adotadas algumas estratégias curriculares que seguiam em três etapas:

1º Expansão Geográfica, que começou com a implementação nas escolas-pilotos; 2º Progressiva de seriação, ou seja, as séries eram adaptadas ano a ano, progressivamente nas escolas; 3º Expansão do “leque das opções profissionalizantes” e da intercomplementaridade (um mesmo prédio escolar abrigando mais de uma instituição), à medida que a escola fosse se adaptando com o curso profissionalizante e que houvesse a necessidade de novos cursos. (GONÇALVES, RANZI, 2012, p. 59).

Durante esse processo de mudanças, alguns municípios do Paraná tiveram escolas pilotos. De acordo com as autoras supracitadas, na primeira etapa em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Campo Mourão, Guarapuava, União da Vitória e Paranaguá. Já na segunda etapa, ocorreu uma reordenação nas escolas de segundo grau e alguns estabelecimentos de ensino foram adaptados a outros, reduzindo assim os custos administrativos/ operacionais.

Nem todas as escolas conseguiam seguir corretamente as etapas citadas acima, pois nem sempre contavam com funcionários com conhecimento técnico. Segundo GONÇALVES e RANZI (2012, p. 60).

Apenas nas escolas pilotos é que funcionavam com maior organização, com maiores condições em termos de infraestrutura e professores qualificados para lecionar especialmente as disciplinas técnicas. As escolas de bairros mais afastados, das cidades do interior encontravam diversas dificuldades [...].

Foram promovidos pelo governo, alguns cursos de formação docente para que se pudessem atender, também, outras localidades mais distantes. Os cursos eram oferecidos durante o período das férias. Foi proposta a divisão do currículo dividido em duas partes, segundo Gonçalves e Ranzi (2012, p 60): “a “específica”, referente aos conhecimentos técnicos e profissionais, e a parte “comum”, própria das disciplinas obrigatórias”.

Como o país estava passando por um período de industrialização, havia a necessidade de mão de obra qualificada para a realização desse tipo de trabalho. Com isso, a educação profissionalizante iria ao encontro da necessidade das grandes fábricas, ou seja, a grande preocupação não era somente a formação dos alunos, mas suprir a necessidade das demandas das indústrias.

Além das mudanças que ocorreram no ensino regular, com os militares no poder, a universidade pública e gratuita corria sérios riscos, ou seja, havia proposta de que os universitários deveriam pagar pelo acesso à universidade, não se levando em conta o valor salarial da família:

[...] os alunos cuja renda familiar ultrapassasse 35 salários mínimos pagariam uma anuidade para que fossem sanadas as despesas de administrativas e de manutenção da instituição de ensino; aqueles alunos cuja renda estivesse entre 15 e 35 salários mínimos teriam o benefício do financiamento desta anuidade, que poderia ser quitada no prazo de até quinze anos; os alunos cuja renda equivalesse a um número inferior a quinze salários mínimos poderiam gozar da gratuidade do ensino ou concorrer a bolsas de estudos. (SAVIANI, 2008, p. 299).

Houve um aumento significativo de criação de instituições privadas. Na Universidade Federal do Paraná a extinção de vagas e fechamento de turmas e redução de salário também foi uma marca recorrente nesse período.

[...] O corte das verbas é o primeiro passo impôr a “solução”. O segundo passo é cortar as vagas, dizendo que “não há vagas”. O terceiro passo é implantar as anuidades. O quarto passo é transformar as universidades em Fundações Privadas. (DOPS PT 742.84, p.19).

Essa situação fazia com que o acesso ao ensino superior, ficasse cada vez mais restrito às elites, ou seja, aqueles que conseguiam arcar com as despesas, como pagamento de mensalidades, alimentação e estadia, conseguiriam manter seus estudos. Mais uma vez, vemos que o acesso seria facilitado para alguns setores específicos da sociedade, enquanto que os estudantes que não tinham condições financeiras, não teriam acesso ao um curso superior; quando muito, teriam acesso apenas aos cursos técnicos.

Todo esse contexto fez com que os estudantes universitários e secundaristas fossem para as ruas, manifestando-se contrários às ações repressoras dos governos militares. Muitos deles ao assumirem representações em comandos estudantis, acabaram sendo presos, mas mesmo assim continuaram a lutar. A educação foi alvo direto do governo militar, pois certamente que foi por meio dela que os militares conseguiam impor muitos de seu ideário autoritário e repressivo.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PARANÁ

Os movimentos estudantis no Paraná tomaram força no período da ditadura militar, resistindo e mantendo-se ativos, ainda que sofrendo fortes reveses com as intervenções dos governos militares em seus 21 anos no poder. Muitos desses movimentos partiam do interior das universidades, em que estudantes de vários cursos se uniram por ideal em comum: lutar pelos seus direitos.

“Defender os interesses dos estudantes e desenvolver o espírito universitário” é outra das finalidades mais importantes do DCE, conforme reza o seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário da U.E.P. (DOPS PT 742.84, p.12).

O DCE- Diretório Central dos Estudantes da UFPR, assim como outros diretórios do país, contava com estudantes de diversas áreas, que promoviam reuniões, debates, tinham o seu próprio regimento e lutavam por interesses em comum, especialmente no que diz respeito à manutenção da educação pública, com qualidade. O governo militar não permitia que os estudantes agissem livremente, sendo que várias dessas entidades sofreram intervenção, tendo a prisão de muitos líderes desses grupos decretada.

O estudante Vitório Sorotiuk, eleito na última quinta-feira presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná, tomou posse ontem perante centenas de pessoas que compareceram à Reitoria [...] (DOPS PT 742.84, p.158).

Um dos maiores acontecimentos que marcaram a gestão de Vitório Sorotiuk do DCE e também os movimentos estudantis, foi a ocupação da reitoria da UFPR pelos estudantes que se colocavam contrários ao pagamento pelo ensino superior público.

Cerco à Reitoria- Então no dia 14 de maio daquele ano, os estudantes tomaram a Reitoria da UFPR, derrubaram o busto do reitor Suplicy e arrastaram a imagem pelas ruas em marcha contra a Universidade paga. A polícia recebeu ordens de não interferir e os estudantes foram poupados de mais violência. Esta última manifestação foi marcada pelo sucesso absoluto. (SALAMÃO, SICA).

Por mais que estivesse com a prisão decretada, Vitório Sorotiuk teve inúmeras participações em movimentos, foi integrante do PCB, participou dos encontros da UNE, viveu exilado na América Latina e na Europa. Mesmo fora do Brasil, trabalhava na clandestinidade nas tarefas para ajudar os movimentos, intermediando uma rede de contatos para que os exilados conseguissem entrar no Brasil sem que ninguém soubesse.

O movimento estudantil teve grande repercussão em todo o estado, não somente na capital. Na região de Campo Mourão tivemos, por exemplo, um episódio em que jovens atuavam em um movimento social, numa escola para alfabetização.

Minha irmã trabalhou em um Movimento Social de Esquerda, da promovido pela Igreja Católica aqui em Campo Mourão, era alfabetização de adultos e a discussão a respeito da questão do trabalho a respeito da situação que viviam as pessoas na extrema pobreza, aquela escola. (MELLO, 2018).

Nesse contexto, alguns jovens foram fundamentais para que o movimento fosse levado em frente. Mesmo com toda a repressão do governo eles acabaram participando de outros movimentos, quando essa escolinha foi extinta. Alguns chegaram a sair do estado e do país:

Padre José Luiz Silva, talvez o membro radical da AP de maior experiência, naquele momento, somando ao fato de ser o mais próximo de Dom Eliseu, foi direto para Genebra, na Suíça. Assim ficaram ambos resguardados. Quanto a João Batista Filho, ficou ao sabor da ventania. Sem apoio e sentindo-se ameaçado dirigiu-se à Paraíba e integrou-se às Ligas Camponesas. Assumiu sua posição apeana. A mesma posição Raquel Felau retomaria depois da volta de Costa Rica, por ocasião da reestruturação da AP [...] (MELLO, 2010, p.97).

Podemos notar que alguns setores da Igreja Católica posicionavam-se contrários à ditadura militar no Paraná. Essa participação foi bem ativa, pois podemos notar a presença de padres e bispos em ações contrárias, mesmo tendo que exiliar-se em outro país para que não fossem presos.

O capítulo 2 foi dividido em dois tópicos: o primeiro abordou os movimentos estudantis no Paraná e como foi a atuação dos estudantes; o segundo tópico tratou do movimento na União Paranaense dos Estudantes, considerando sua atuação e representatividade estudantil, tanto regional e nacionalmente.

2.1 Ações e lutas de resistência

Abordamos uma sequência de movimentos estudantis, que aconteceram no Paraná, procurando tratar de suas características de atuação durante o período da ditadura militar. As cidades que os movimentos ocorreram e aqui citadas foram especialmente Curitiba, Londrina, Apucarana e Guarapuava. Englobavam tanto estudantes universitários quanto secundaristas, que buscavam objetivos em comum: uma educação pública, gratuita e com qualidade. E, certamente, plena liberdade de expressão.

A escolha para estudo desses movimentos ocorreu durante a realização da pesquisa bibliográfica, sendo estes os que foram possíveis mapeá-los, os quais tiveram sua atuação dividida entre as cidades do Paraná, possibilitando-nos analisar várias questões e diferentes realidades de atuação durante no período delimitado para a pesquisa.

2.1.1 “Os Branca”

Por meio da leitura do livro *Caminhadas Vermelhas*, da autora Nelci Veiga Mello, conseguimos compreender a atuação local do movimento estudantil universitário, “Os Branca”, na cidade de Curitiba, onde estiveram fortemente ligados aos manifestos contrários à ditadura militar no estado.

“Os Brancas”, atuantes no movimento estudantil de Curitiba, carregavam esse nome em homenagem ao filme “O Incrível Exército de Bracelone”⁵. Formavam um grupo de amigos que lutavam pela resistência à ditadura militar, após a prisão dos estudantes no Congresso da UNE, em 1968, na cidade de Ibiúna. Não se intimidaram, saíram às ruas para manifestar contra a ditadura, buscando seus direitos. Segundo Mello (2009, p. 130):

Até então, a vida dos Branca era a de um alegre grupo de amigos, quase uma família. Tudo viria mudar a partir do endurecimento do regime e do trabalho integrado no campo e nas fábricas. Em 12 de outubro de 1968, acontece o Congresso da UNE, em Ibiúna. Caiu toda a entidade estudantil. Novecentas e vinte pessoas foram presas.

⁵ Filme que possui uma abordagem sátira, em que narra a história de um cavaleiro que parte para a França para resgatar suas terras, porém o mesmo é assaltado durante o caminho e acaba tendo a sua escritura roubada, é necessário, então, que alguém finja ser cavaleiro e acaba-se encontrando o Bracelone. Começa a história atrapalhada de Bracelone e seu exército de esfarrapados que enfrentam a peste negra, os sarracenos, os bizantinos.

Clair Flora Martins, estudante de Direito, teve participação ativa: “Eu, então, não só comecei a participar do movimento estudantil, mas também tinha ligações estreitas com esses outros movimentos bancário e operário” (CALCIOLARI, OLIVEIRA, SAHD, 2014, p.185). Sua atuação foi baseada na luta pelas liberdades democráticas. Após o aumento da repressão no país devido à implantação do AI-5, ela acabou sendo presa, torturada e passou a viver na clandestinidade.

Luiz Alberto Manfredini, conhecido como Dutra pelo movimento, teve presença em vários episódios contrários a ditadura militar no Brasil. Foi preso várias vezes, torturado e um dos casos em que Manfredini estava envolvido que teve grande repercussão foi a Escola Oficina,

[...] de ensino infantil, que a repressão julgava ser uma escola que ensinava comunismo para crianças. A prisão dos pais de alunos que mantinham a cooperativa de ensino teve grande repercussão na mídia nacional e até internacional, fazendo com que todos fossem logo liberados. Mas ainda assim, foram processados. (CALCIOLARI, OLIVEIRA, SAHD, 2014, p.261).

Esses episódios eram frequentes, as prisões aconteciam seguidas de torturas. É essencial salientar que tivemos muitos casos em que ocorreram mortes e desaparecimento de corpos desses estudantes.

2.1.2. “Os Secundas”

Da mesma forma que o item anterior, por meio da leitura do livro *Caminhadas Vermelhas*, da autora Nelci Veiga Mello, conseguimos compreender a atuação local do movimento estudantil secundarista, “Os Secundas”, da cidade de Curitiba, formado por secundaristas, que atuavam em manifestações em prol de melhorias na qualidade da educação. Contrários às mudanças impostas pela ditadura militar no estado, o movimento secundarista teve muita força no estado, indo ao encontro também da luta dos movimentos universitários.

[...] porém muitos secundaristas também participavam do movimento estudantil. Em alguns lugares, como visto, os movimentos foram só deles. Exemplifica a alfabetização de adultos, ação da AP em Campo Mourão. [...]. Os secundaristas estiveram em peso na criação da Frente Agrária em Maringá. (MELLO, 2015, p.132).

Sendo assim, notamos que da mesma forma que universitários reivindicavam e lutavam por seus direitos, os estudantes secundaristas também tinham papel atuante nos movimentos estudantis. Dentre as reivindicações, melhorias nos setores de transportes e pela gratuidade do ensino, que também era pauta de luta de vários

universitários. Os secundaristas eram, em alguma medida, mediados por alguns representantes universitários, alguns que haviam sido, também, do movimento “Os Branca”.

O percurso de secundaristas na militância estudantil processou-se da mesma forma que a dos universitários: a organização do jornal mural da escola e, entre discussões intermináveis, ascendiam às pichações de muros, às passeatas, à impressão dos jornais estudantis com matérias versando sobre reivindicações. (MELLO, 2010, p.135).

No Paraná houve alguns marcos na história dos secundaristas como a criação da Associação Central Medianeirense Estudantil de 1º e 2º Graus (ACME), o Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná e a União Londrinense de Estudantes. Antônio Narciso Pires de Oliveira. Um estudante que participou ativamente do movimento secundarista na cidade de Apucarana, assim relatou Schmitt (2018, p. 217).

Relata as dificuldades enfrentadas pelos presos políticos que buscavam manter-se organizados na prisão, estudando e debatendo a realidade do país. Que sua vida pessoal, assim como a dos demais colegas, foi marcada pela violência física e psicológica desse período.

Mesmo enfrentando dificuldades, o movimento secundarista atuou fortemente em vários pontos que foram muito importantes para a luta estudantil durante a ditadura militar.

2.1.3 Movimento Estudantil da Universidade Estadual de Londrina

Baseando-se na leitura da tese de mestrado de José Antônio Tadeu Felismino, da Universidade Estadual de Londrina, pudemos notar como foi significativa a participação dos estudantes no movimento estudantil de Londrina, atuando fortemente no período que foi instaurada a ditadura no país. Nesse período, vale ressaltar que Londrina já se configurava uma cidade de grande relevância econômica e social no Paraná.

O Jornal *Levanta, Sacode a POEIRA e dá a volta por cima*, foi um dos principais instrumentos de divulgação e difusão dos participantes do movimento estudantil, não apenas para os estudantes da UEL, mas em toda a região. Foi um instrumento fundamental de circulação de notícias durante o período ditatorial. Segundo Felismino (2016, p.19):

A experiência do Poeira e do movimento estudantil da UEL ocorreu no contexto da chamada “Era Geisel”, período da presidência do general Ernesto Geisel (1974- 78) em que as forças dominantes da ditadura militar buscavam implementar uma distensão política “lenta,

gradual e segura”, mas enfrentando forte resistência de setores de ultra direita do próprio regime.

Esse cenário de disputas políticas, citado pelo autor, demarca o período em que os militares estiveram no poder. Torturas e mortes marcaram ainda mais o contexto de caos que estava instaurado. Eram recorrentes os discursos de que o ensino público deveria ser cobrado. E as universidades estaduais já encontravam-se em processo de implantação desse modelo.

As recém criadas (em 1971) universidades estaduais paranaenses foram das primeiras implantadas nesse novo modelo, nascendo como fundações (FUEL-Londrina, FUEM Maringá, FUEPG-Ponta Grossa etc), com ensino pago, regime de crédito e estrutura oficial de representação estudantil. (FELISMINO, 2016, p.19).

Como já mencionado anteriormente, tais questões passam a ser pauta para que os estudantes se unissem e fossem às ruas para reivindicarem e lutarem para que o ensino público e gratuito fosse mantido. O jornal Poeira produziu intensamente neste contexto, configurando-se como um dos principais meios de comunicação na luta contra a ditadura militar. Entre as principais manchetes, tratavam de noticiais sobre vestibular, sobre movimentos estudantis, humor, dentre outras.

Figura 1- Capa do jornal Poeira, número 04.



Fonte: FELISMINO (2016)

A edição de número 4 trazia várias notícias sobre a movimentação dos estudantes e sobre as novas eleições estudantis que iriam ocorrer. O referido jornal foi, portanto, fonte atuante de divulgação e de promoção do movimento estudantil.

Mas apesar do aspecto mais sério desta capa e do editorial, é no humor que o jornal investe fortemente nesta edição às vésperas da primeira disputa eleitoral do Grupo Poeira. Com inspirada participação do cartunista Marcos Villa, nome artístico do estudante de Sociologia e funcionário da Folha de Londrina Marco Antonio Moreira, o jornal traz pela primeira vez o “Horóscopo Pô” (página 05), e o “Classificados/Desclassificados” (página 17), além do “Monstruário político” (página 06) e a página de cartas “Vô batê patu, patu batê patua patota” (página 18) elaborados por membros do GEIE. (FELISMINO, 2016, p. 97).

Como citado anteriormente, o jornal trazia outras matérias, utilizava também de muito humor em suas edições, o que o colocava numa situação complicada, visto o andamento da política do país, em que liberdade de imprensa e de expressão estavam cada vez mais restritas.

A partir de seu lançamento em março de 1974, o jornal Poeira exerceu total hegemonia do movimento estudantil da UEL, vencendo todas as eleições (anuais) para o DCE, Diretórios Acadêmicos Setoriais e representações discentes em órgãos da Universidade, de 1974 até 1978, ano em que a administração da UEL, então dirigida por José Carlos Pinotti, cancelou as eleições e decretou o fechamento de todas as entidades estudantis e a cassação de todos os mandatos. (FELISMINO, 2016, p.21).

Com total importância dentro do cenário político do país, o jornal Poeira teve uma repercussão bastante relevante, não apenas local e regionalmente, mas também no cenário nacional. Foi porta voz dos estudantes durante todo o período ditatorial, especialmente ao movimento estudantil universitário de Londrina.

2.1.4. A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários – UGES

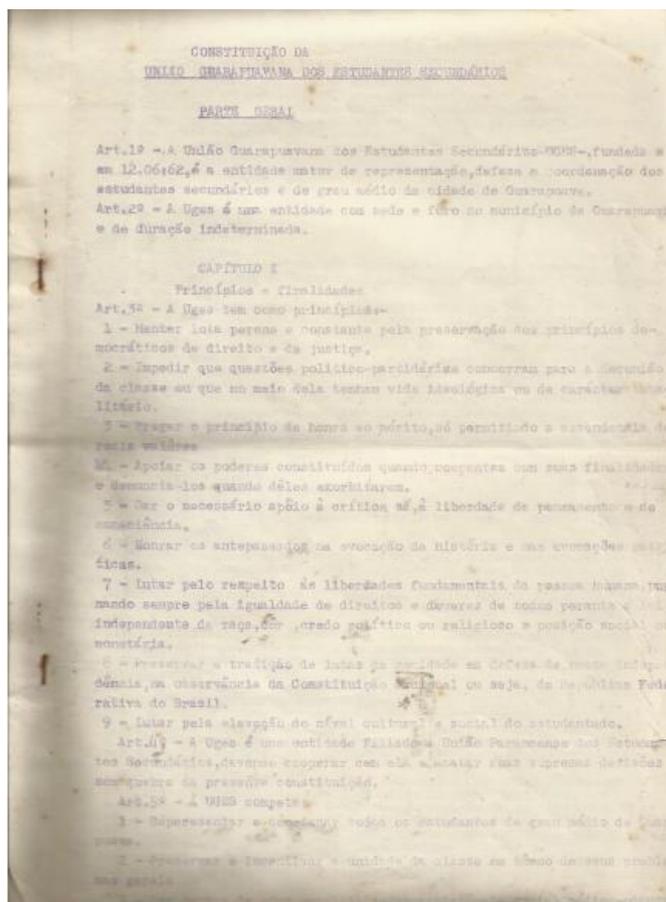
Por meio da leitura da dissertação de mestrado de Claudinéia Schinemann, da Universidade Estadual do Centro Oeste, que abordou sobre a criação e atuação local da UGES na cidade de Guarapuava, compreendeu-se como esse movimento teve um papel muito importante durante o período anterior ao golpe e pós golpe militar.

A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários iniciou suas atividades em junho de 1962, a fim de lutar e organizar estudantes secundaristas da cidade de Guarapuava. A União contava com sede própria, onde realizavam seus encontros. Houve a criação de grêmios estudantis e toda a atuação da União era pautada por competências regimentais; também elaborou-se a criação de uma Constituição da UGES.

O Movimento Estudantil Secundarista guarapuavano, estava organizado e articulado com os órgãos de representação em nível municipal, estadual e nacional. No município de Guarapuava tínhamos a União Guarapuavana Estudantes Secundários (UGES). (SCHINEMANN, 2015, p.8-9).

Como é comum a toda agremiação, a UGES elaborou sua própria regulamentação e normatizou diretrizes das quais o movimento deveria tomar como norteadoras.

Figura 2- Constituição da União Guarapuavana dos Estudantes Secundários



Fonte: SCHINEMANN (2015)

Art.1º- A União Guarapuavana dos Estudantes Secundários – UGES -, fundada em 12.06.62, é a entidade mater de representação, defesa e coordenação dos estudantes secundários e de grau médio da cidade de Guarapuava.

Art. 2º - A Uges é uma entidade com sede e foro no município de Guarapuava e de duração indeterminada [...] (SCHMINEMANN, 2015, p. 100).

A participação era ativa dos estudantes nos grêmios estudantis, fazendo com que o movimento se tornasse mais forte e tivesse ainda mais atuação, ampliando seus horizontes, conforme Schinemann (2015, p. 13):

A atuação do movimento estudantil guarapuavano não se restringiu ao interior dos ambientes escolares, participavam e tentavam envolver a comunidade em suas ações. Em 1965 o uso da imprensa pelos estudantes secundários buscou uma visibilidade maior para as atividades dos estudantes e um espaço para expressarem seus pensamentos. Sendo assim, o órgão dos estudantes do Colégio Miguel Bohamoletz lança a Tribuna Estudantil, dirigida pelos estudantes Silvio B. Kuster e Aldo Luis Budel.

As manifestações organizadas pela UGES ocorriam com muita cautela e preparação, haja vista o período em que o país se encontrava, de repressão e as torturas; o medo já era pertencente ao cotidiano desses estudantes. Podemos destacar como pauta prioritária da UGES, a luta pelo direito ao ensino superior. Os estudantes saíram pelas ruas para manifestar e reivindicar a criação de uma faculdade em Guarapuava, essa ação contou também com o apoio dos pais para somar mais forças.

Pois o movimento universitário somente surgiu após 1970 com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG). Segundo os entrevistados o ensino superior somente foi possível pela luta estudantil secundarista, que reivindicava o ensino superior, pois apenas filhos de famílias abastadas o cursavam fora da cidade (SCHINEMANN, 2015, p. 14-15).

Durante o período da ditadura militar, o ensino da faculdade era pago, restringindo-se apenas para os mais abastados. A movimentação e luta de muitos estudantes secundaristas contribuiu para que, posteriormente a FAFIG, passasse a ser pública e gratuita, vindo a ser denominada de Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Mas a atuação do movimento estudantil guarapuavano tem marcos que antecedem a luta pelo ensino superior. Embora não possamos auferir com exatidão quando o movimento estudantil secundarista iniciou suas atividades em Guarapuava, há indícios de que algum tipo de organização estudantil já havia em anos anteriores ao golpe militar, sem as características de um movimento social, mas como uma organização cultural. Exemplo disso é o jornal datado de 1940 chamado “A voz da infância”. (SCHINEMANN, 2015, p. 16).

A luta do movimento estudantil, seja de ensino superior ou secundarista foi muito digna: preocupavam-se com cultura, educação, manutenção de direitos dos estudantes e melhores condições de ensino, valorizando o acesso amplo à educação. Mesmo durante o período da ditadura militar, esses estudantes não deixaram de ir às ruas, fazer informativos e de lutar da maneira que era mais adequada, em prol da liberdade de expressão. Levando em consideração a real essência da luta em que estavam participando: o estudante das camadas populares, que tinha planos e sonhos de ter acesso ao ensino superior, que pudesse expressar sua opinião sem ser prejudicado, ou seja, uma luta para todos e todas.

2.1.5. Aliança Operária Estudantil

Após leitura da dissertação de mestrado de Ana Karine Braggio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em que a mesma realizou um estudo

sobre o movimento estudantil e de como a Aliança Operária Estudantil teve a sua atuação regional, fizemos relação entre todos os movimentos estudantis do estado, compreendendo-os pelo papel de extrema relevância social, visto o cenário político que o país se encontrava.

Tal Aliança formava, portanto, união de movimentos estudantis e sindicatos do estado do Paraná, que anteriormente à tomada de poder pelos militares, manifestavam apoio para que João Goulart assumisse o cargo de presidente do país, indo contrário a emendas que pudessem impedir essa posse, pois, constitucionalmente, vice-presidente deveria assumir a presidência após a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

É em meio a esses conflitos da hegemonia que os estudantes, enquanto intelectuais, agiam como mediadores expressando, organizando e defendendo os objetivos e interesses do grupo social a que estavam vinculados. Enquanto os intelectuais da classe dominante sustentavam a ordem social, os da classe dominada lutavam para superar a formação social e a divisão de classes. (BRAGGIO, 2013, p. 38).

No entanto, João Goulart assumiu a presidência no regime parlamentarista, o que causou revolta a movimentos sociais diversos no país. A Aliança promoveu uma passeata como forma de manifesto e repúdio ao acontecimento citado. Segundo Braggio (2013, p. 38): “Mesmo com toda movimentação pela legalidade, Goulart assumiu a Presidência, no dia 7 de setembro, sobre a —humilhante fórmula parlamentarista”. João Goulart tinha uma maneira de governo diferente e durante seu mandato cresceu o número de sindicatos que auxiliavam na busca por mais direitos aos trabalhadores.

Inclusive o ME no Paraná através da Aliança Operária Estudantil, ajudava na conscientização dos trabalhadores para se filiarem a sindicatos e a formarem novos sindicatos para unir forças e lutar por seus direitos. (BRAGGIO, 2013, p. 44).

A Aliança, por mais que fosse ligada primeiramente ao movimento estudantil, também acabou auxiliando e participando ativamente junto às outras categorias, na luta por melhores condições de trabalho, estudo e de direitos fundamentais. Desse movimento, também acabou se criando a Aliança Operário-Camponesa- Estudantil, o que demonstra como os estudantes estavam buscando essa articulação com os trabalhadores, independente da sua área de atuação, ou seja, unir forças para que o movimento pudesse se tornar ainda maior, sendo recíproco, pois trabalhadores

apoiavam as causas dos estudantes, como o ensino público e qualidade a todos, não favorecendo apenas uma parte da população.

2.2 União Paranaense dos Estudantes

Após leitura das dissertações de mestrado de Andréia Zaparte, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e de Ana Karine Braggio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e das pastas temáticas da DOPS, procedeu-se à análise da atuação nacional da UNE (União Nacional dos Estudantes) e sua representatividade regional, bem como da UPE (União Paranaense dos Estudantes), organização estudantil que vivenciou muitas lutas de estudantes contra a ditadura militar.

A UNE foi criada em meados de 1938, com o objetivo da criação de um órgão que representasse os estudantes do país. Ainda que criada durante o período do Estado Novo, eram certamente contrários às ações nazi-fascistas. (SANFELICE, 2015, 127). Momentos antes do golpe civil-militar ser instaurado no país, a UNE mobilizou uma manifestação geral contra este golpe. Os militares tomam o poder, mas a UNE não deixou de lutar pelos direitos dos estudantes, com manifestos e posicionamentos contrários diversos.

Após o golpe, de 31 de março para 1º de abril de 1964, imediatamente a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi incendiada, como já registrei. O Brasil passaria a ser governado por presidentes militares. A Universidade de Brasília, ainda em processo de implantação, foi invadida, em 09 de abril, por tropas que a vasculharam por completo. Foi apresentada uma lista de professores a serem aprisionados e isso se efetivou com alguns. Havia total intervenção administrativa e se sucederam as demissões. A UNE, de pronto, se colocou por objetivos recuperar a sua sede, realizar um novo congresso da entidade para reorganizá-la e derrubar o projeto Suplicy. (SANFELICE, 2015, p.133-134).

Mesmo tendo a sede incendiada pelos repressores, não foi motivo suficiente para que a UNE deixasse de estar ativamente lutando a favor de melhorias para os estudantes, e da garantia de seus direitos, esse fato teve repercussão no mundo todo.

Figura 3-Sede da UNE no Rio de Janeiro em chamas



Fonte: UNE (2016)

Um dos principais episódios que marcaram também a atuação da UNE, foi a tentativa de realização do Congresso que ocorreu em Ibiúna, na clandestinidade. Porém, o local foi invadido pelos militares e mais de 800 estudantes foram presos e levados para diferentes presídios. Ainda assim, a UNE ainda se manteria ativa na luta contrária a repressão e à tortura. (SANFELICE, 2015, p. 139).

No estado do Paraná também foi palco de luta e resistência por meio da UPE. Fundada em 1939, antes chamada de UEE, que tinha como objetivo a união dos estudantes, muito antes do golpe eles já estavam lutando pelos seus direitos, buscando uma educação de qualidade. Durante o período da ditadura militar, esses estudantes se mostraram ainda mais participativos na luta pelos seus ideais.

Teve sua sede fechada, mas isso não acabou com a luta. A UPE estava sempre ligada aos movimentos e manifestações que a UNE iniciava, presenciando a luta no estado do Paraná. Como citado anteriormente, a UNE teve sua sede invadida e incendiada. No Paraná não foi muito diferente, a UPE teve a sua sede invadida por agentes da DOPS, utilizando de força e omitindo algumas ações para justificar o acontecido. O presidente da UPE manifestou-se em protesto sobre a ação dos agentes.

O presente protesto do presidente da UPE foi direcionado ao meio estudantil, sendo este um esclarecimento aos estudantes do fato que havia ocorrido na entidade na data anterior. Manifesta de forma clara as posições contrárias aos agentes da DOPS, demonstrando críticas a estes e também à forma de educação do país. (ZAPARTE, 2011, p.91).

Figura 4-Sede da União Paranaense dos Estudantes em Curitiba



Fonte: ZAPARTE (2011)

A UPE supostamente seria nominada por setores conservadores como comunista, por ir em contrário às medidas impositivas do governo militar. Os estudantes queriam, portanto, que seus direitos fossem assegurados de maneira a ter uma educação acessível à população.

Diante das desigualdades de representação institucional, a UPE manifestou-se, por meio do seu presidente, fazendo apontamentos que resumiam as situações vividas pelos estudantes.

Diante dos problemas vivenciados pelos estudantes dentro das Universidades, a UPE reivindicava o direito pela participação destes nas decisões dos órgãos diretivos das instituições de ensino, entendendo-se, como parte integrante e principal da comunidade universitária. Sendo integrantes do processo de ensino, do cotidiano em que estavam inseridos dentro das universidades, os estudantes consideravam-se prejudicados por não poder participar das decisões norteadoras de tais instituições, sobretudo pelo motivo de que tinham esse direito assegurado por lei, mas que por imposição da cúpula administrativa, ficavam impedidos de tais práticas. (ZAPARTE, 2011, p.82)

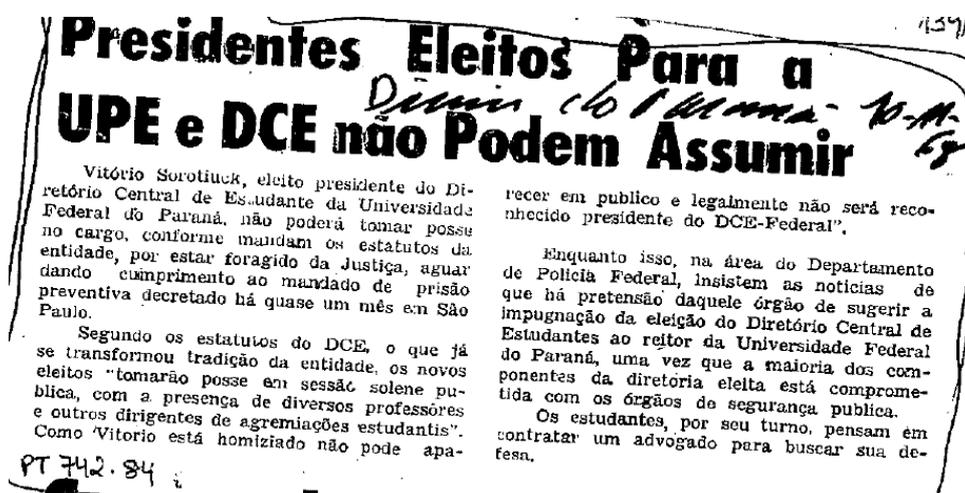
Fica claro, conforme a citação, que a causa dos estudantes era por representatividade e demonstrava o interesse que tinham por uma educação digna, pela liberdade de expressão e de posicionamento, pois os estudantes que deveriam constituir a parte essencial da educação não eram sequer ouvidos, e as tomadas de decisões eram impostas a eles de uma maneira repressora.

Assim como outros movimentos estudantis, a UPE também sofreu perseguições e suas atividades eram observadas pelos militares. Isso não fez com que parassem a luta. Passaram a posicionarem-se diretamente contra os militares, confrontando-se com a Lei denominada de Suplicy, que fez muitas modificações nos órgãos de movimentos estudantis. Segunda Zaparte (2011, p. 91).

A lei Suplicy redefiniu, para aquele ano, os órgãos de representação estudantil de nível superior sendo eles: o Diretório Acadêmico (DA), organizado em cada estabelecimento superior; o Diretório Central dos Estudantes (D.C.E), para cada universidade; o Diretório Estadual dos Estudantes (D.E.E), que deveria se localizar nas capitais dos estados, onde houvesse mais que um estabelecimento de ensino superior e; o Diretório Nacional dos Estudantes (D.N.E), com sede na Capital Federal.

Conforme citamos acima, com as modificações feitas pela lei, as representações estudantis passaram a ter novas denominações. O estudante de direito, Vitório Sorotiuk, da Universidade Federal do Paraná, teve uma relevante participação na UPE e também no DCE.

Figura 5-Recorte de notícia sobre eleição da UPE e DCE



Fonte: DOPS (PT 742.84, p.159)

Vitório Sorotiuk, eleito presidente do Diretório Central de Estudante da Universidade Federal do Paraná, não poderá tomar posse no cargo, conforme mandam os estatutos da entidade, por estar foragido da Justiça, aguardando cumprimento ao mandado de prisão preventiva decretado há quase um mês em São Paulo. (DOPS PT 742.84, p.159).

A DOPS atuava de maneira repressiva aos movimentos estudantis, visto que os objetivos dos movimentos chocavam-se com a visão adotada pelos militares que

estavam no poder. As movimentações eram intensas com severas críticas ao governo. Como forma de conter essas manifestações, muitos estudantes foram presos e fichados pela polícia política atuante no estado.

Após toda a participação dos estudantes e devido a ser ativamente contrária aos padrões e regras estipulados pelo governo militar com o AI-5, segundo Zaparte (2011, p. 17): “ao início de 1969, ano em que foi efetivamente extinta a União Paranaense dos Estudantes”; ou seja, decretou-se a extinção oficial de um importante espaço de atuação dos estudantes no Paraná, porém não se extinguiram as lutas possíveis naquele período de perseguições e violências. A UPE volta a funcionar no processo de redemocratização do país, completando mais de 80 anos de história de luta e de representação estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar teve duração de 21 anos, período em que o país passou por momentos que ficaram marcados na história. Sob o governo autoritário de militares, direitos de representação e de livre manifestação da população foram cerceados. Nesse contexto, aqueles(as) que eram contrários às ordens dos generais no poder, acabavam sendo presos, torturados, e muitos deles, mortos.

Os vinte e um anos de repressão implantados pelos militares no país foram sustentados por atos institucionais e decretos-leis que legalizaram esse sistema autoritário e opressor. Alguns dos meios utilizados para se manterem no poder foram a censura e a manipulação das informações, bem como as mais cruéis torturas (SCHIMEMANN, 2015, p. 87).

A Constituição, que deveria ser o documento que nortearia os direitos da população, acabou sendo radicalmente alterada por meio de Atos Institucionais, que colocariam o país em um verdadeiro caos social, político e econômico. Podemos observar quantos presos políticos foram desaparecidos durante esse período, que até hoje, 55 anos após o golpe, ainda não temos nem vestígios de onde estariam.

Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, pudemos fazer um levantamento de estudos já realizados na temática, constatando como é fundamental ampliar pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil e no Paraná, pois muitas podem ser as abordagens a serem realizadas. No presente estudo, procurou-se compreender como foi a participação de movimentos estudantis na reivindicação de uma pauta principal: educação pública, gratuita e de qualidade. Foram muitos estudantes que por meio de movimentos, passeatas, reuniões, assembleias representaram as minorias que buscavam o respaldo dos seus direitos. Durante a análise de alguns movimentos estudantis, notamos que no estado do Paraná a atuação foi bem significativa. Muitos foram os episódios em que os estudantes estiveram engajados no ideal de luta e de garantia de direitos.

No primeiro capítulo, fizemos uma abordagem sobre o contexto histórico de como foi o processo de implantação da ditadura no país. Esse levantamento nos faz pensar sobre os dias atuais e da forma como o país está sendo governado, ou seja, das marcas e da herança cultural que ainda subsistem da ditadura militar.

A educação vem sendo drasticamente afetada, alguns direitos que adquirimos por meio de muita luta, estão sendo paulatinamente retirados. No decorrer da pesquisa, buscamos levantar a importância que os movimentos estudantis tiveram durante esse período, especialmente no Paraná. Os movimentos abordados estiveram presentes em Curitiba, Londrina, Guarapuava, Apucarana, dentre outras localidades. Os movimentos ligados diretamente à capital do estado tiveram uma atuação bastante ampla, alguns atingindo não apenas o nível local, mas regional.

A luta pela escola pública e de qualidade ainda é o nossa maior luta. Não somente o acesso do estudante à universidade pública, mas sua permanência. Devido à falta de investimentos governamentais, alguns estudantes acabam se evadindo das escolas e universidades, tornando o acesso cada vez mais restrito. A ditadura militar findou em 1985, porém, ao se tomar contato com o universo de lutas e de ação de estudantes, nessa pesquisa, no decorrer desses 21 anos em que os militares estiveram no poder, consideramos que a luta pelos direitos fundamentais e pela liberdade de expressão dos movimentos estudantis, trazem diferenciadas possibilidades de compreensão da vida cotidiana escolar atual.

Com esse trabalho, por fim, evidenciamos a importância de lutas pela dignidade humana e justiça social. Em diferentes regiões de atuação, objetivos em comum fizeram o diferencial frente a atos desumanos de torturas, mortes e prisões diversas que ocorrem durante o período ditatorial no país. Uma educação pública, gratuita e acessível, só existe se vivermos em uma democracia. E os movimentos estudantis foram fundamentais para que nossa democracia fosse novamente instaurada no país. Essa luta perpassa o período ditatorial, mas continua atual, pois a luta pelo direito à educação pública ainda se constitui em uma pauta a ser conquistada e efetivada, assim como a manutenção pelo Estado democrático de direito.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K.; POMARI, L. R.; PRIORI, A. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. Maringá: Eduem, 2012. 199- 213 p.

BARROS, J. D. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Caderno de pesquisa CDHIS. Uberlândia, 2012 jul- dez.

BATISTELLA, A.. **O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil**. Chapecó: Editora Argos, 2014. 217 p.

BOUTIN, A. C. B. D.; CAMARGO, C. R. S. A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12º. 2015, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: EDUCERE, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_8156.pdf. Acesso em 15 set. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1**. Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 18 ago. 2019

BRAGGIO, A. K. **O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013

BRITO, A. M. F. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 94 - 131. maio/ago. 2017.

CAMPOS, N.; SOUZA, E. F. MAIO DE 1968 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Revista História**, São Paulo, v.63, p.206. 2018.

DUTRA, J. C. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.22, p. 195-208, 2004.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 680 p.

FELISMINO, J. A. T. **Jornal Poeira, histórias e memórias**. 2016. 277 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

NASCIMENTO FILHO, J. B. Crimes da ditadura militar: a saga de Vladimir Herzog. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica> ISSN 1980-7791.

FIUZA, A. F.; SCHMITT, S. L. A DOPS e a vigilância política no movimento estudantil paranaense durante a ditadura civil- militar. **Revista Histedbr**, Campinas, n.45, p.102-103. Mar. 2012.

GONÇALVES, N. G.; RANZI, S. M. F.. **Educação na Ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná 1964-1985). Curitiba: Editora UFPR, 2013. 233 p.

MELLO, N. V. **Caminhadas Vermelhas**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2009. 340 p.

MENDONÇA, J. M. N.; SOUZA, J. U. **Paraná Insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XX. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. 347 p.

MOTTA, R. P. S. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de Historia**, vol. 38, p.195-216, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

NEVES, L. A. **Vivência de fatos históricos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

OLIVEIRA, A. N. P.; SAHD, F. B.; CALCIOLARI, S. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Dhpaz, 2014. 328 p.

OLIVEIRA, M. Especial UPE 70 anos. Disponível em <http://upepr.blogspot.com/2009/09/parabéns-setentona-dos-estudantes.html>

PALMAR, A. **Onde Foi Que Enterraram Nossos Mortos?** Curitiba: Travessa, 2005. 366 p.

PINTO, R. Que significa hoje ser de "esquerda"? **Direito Unifacs**: Debate Virtual, Bahia, n. p.1-2, jun. 2012. Mensal. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2143/1581>. Acesso em: 13 maio 2018.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005. 88 p.

SALOMÃO, E.; SICA, L. **Campus Reitoria da UFPR e Diretório Central dos Estudantes-DCE**. Fórum da Verdade. Curitiba. UFPR

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Editora Cortez, 1986, 48 p.

SANTOS, I. Org.). **Memória é uma disputa ideológica**. 2014. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/06/18/memoria-e-uma-disputa-ideologica-dizem-autores-de-livro-sobre-a-ditadura/>. Acesso em: 06 maio 2018

SAVIANI, D. **O legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 299, set./dez. 2008.

SCHIMEMANN, C. **O movimento estudantil secundarista em Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Políticas Educacionais, História e Organização da Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_claudineia_schinemann.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

SOROTIUK, V. “Estudante que se manifestar será preso” com Vitorio Sorotiuk. [Entrevista cedida a] Regis da Costa. Agência de Jornalismo. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

ZAPARTE, A. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba-Paraná (1964-1969)**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1775/1/Andreia_Zaparte_2011. Acesso em: 15 set. 2019.

RELAÇÃO DAS PASTAS TEMÁTICAS PESQUISADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

CÓDIGO DA PASTA	TÍTULO PASTA
BR PRAPPR.PB004.PT 748.84	D.C.E FEDERAL